

Estado de alerta para doença de Mormo na Bahia

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

A Bahia volta a apresentar Mormo em equídeos. Agora já são nove animais contaminados e sacrificados, no sertão baiano. A doença é infecto-contagiosa e causada pela bactéria *Burkholderia mallei*, que pode ser transmitida ao homem e também a outros animais. Até o momento não existe vacina e nem cura restando apenas a possibilidade da eutanásia. De acordo com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), a situação está sendo controlada e o estado não apresentava ocorrências desde 2017.

"A doença começou a aparecer em 2012 e tivemos o registro de 27 casos até 2017. Depois disso, ano passado, não tivemos mais nenhum problema. Em abril deste ano tivemos que abater 8 animais em uma propriedade, no sertão baiano e agora vamos abater mais um animal." Informou Rui Leal, diretor de defesa animal da ADAB.

A fazenda com animais contaminados está situada entre os municípios de Euclides da Cunha e Canudos e está interditada. "Em abril coletamos amostras em 694 animais e tivemos que sacrificar 8 deles. Após 30 dias, retornamos e detectamos mais um caso, então abatemos

outro ontem. Dos 694 animais, quando retornamos já existiam apenas 419. Alguns morreram por anemia infecciosa e outros não sabemos ainda o motivo. Restavam 419. Desse um apresentou a doença através da análise realizada no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA), em Recife," afirmou Rui.

O procedimento é esse de acordo com Rui, enquanto for detectada a doença através dos exames, realizar a coleta de 30 em 30 dias. "A fazenda está interditada para entrada e saída de animais. Só voltará a ter licença quando a doença não mais for apontada lá."

Rui também alerta, que todo o proprietário de fazendas com equídeos "que detectar sintomas da doença pode chamar um veterinário e pedir para realizar o exame. Se for constatada a positividade da doença então chamar a ABAD". Outros sete animais tiveram resultados positivos para Anemia Infecciosa Equina, conhecida como "febre do pântano", causada por um retrovírus e transmitida por insetos sugadores de sangue.

Os animais eram abatidos em frigoríficos de Amargosa e Itapetinga, no Centro-Sul da Bahia, com vistas à exportação de carne e couro para a China. A Adab, que é responsável pela fiscalização, iniciou uma investigação sobre a origem dos jumentos doentes. Segundo denúncias, os animais vieram ilegalmente de



DOENÇA

Nove animais contaminados foram sacrificados

estados como Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pará. "Os 22 postos de fiscalização da Adab na fronteira da Bahia com outros estados estão em alerta total. Os animais entraram na Bahia por meio de transporte clandestino - levados em carrocerias sem a GTA - guia que atesta origem e sanidade do bicho. Estamos averiguando as informações".

A doença infectocontagiosa dos equídeos também pode infectar outros animais, como felinos, além do homem. A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), no entanto, informou que não há histórico de mormo em humanos no estado. Casos da doença em todo o mundo

são raros e apesar de provocar infecções generalizadas, a doença pode ser tratada com antibióticos.

Nos animais, não há cura e eles precisam ser sacrificados. Depois, têm o corpo incinerado. Todos os funcionários que estão cuidando dos jumentos no sertão estão usando equipamentos de proteção individual.

Os jumentos mortos estão sendo enterrados numa vala profunda em local distante de fonte de água e dos outros animais, que já passaram por exames, com resultados negativos para mormo e febre do pântano. A tutela dos jumentos está com ONGs de defesa e proteção dos animais, mas por decisão da Jus-

tiça Federal, de março deste ano, é a União e o governo da Bahia que devem garantir todo tipo de assistência aos animais, como saúde, alimentação e abrigo.

ABATE DE JUMENTOS

A Bahia é o único estado do Brasil com autorização do Ministério da Agricultura para abater jumentos. O objetivo é atender ao mercado chinês, onde se extrai da pele e couro do animal uma substância usada para fazer o ejiao, remédio tradicional que promete combater o envelhecimento, aumentar a libido nas mulheres e reduzir doenças do órgão reprodutor feminino.

CRIADORES

A confirmação de mormo na Bahia gerou preocupação entre criadores de jumentos da raça pèga, animal que no mercado de equinos chega a valer até R\$ 100 mil. Entidades de defesa dos direitos dos animais e criadores de jumentos cobraram maior rigor da Adab na fiscalização com relação à entrada de animais na Bahia.

A Associação Brasileira de Criadores de Jumento Pèga (ABCJPèga) declarou que já dá como certo o impacto negativo na comercialização do plantel baiano, hoje em 5.588 jumentos - segundo maior rebanho do Brasil, que possui 36.318 animais dessa raça. O estado líder é Minas Gerais, com 15.786 bichos.

Unimed é destaque em Prêmio

A Central Nacional Unimed é reconhecida pelo segundo ano consecutivo como a 3ª Melhor Operadora de Autogestão do Prêmio Benchmarking Saúde, uma das mais importantes premiações do mercado de saúde do Nordeste. A solenidade de premiação acontece dia 06 de junho às 19h, no Solar Cunha Guedes. A operadora nacional dos planos de saúde empresariais da marca Unimed foi escolhida por voto direto de empresários, executivos e outros atores da saúde suplementar baiana. O prêmio destaca as empresas mais inovadoras e competentes em práticas de gestão. A Central Nacional Unimed foi reconhecida como a 3ª Melhor Operadora de Autogestão do Prêmio Benchmarking Saúde, em 2018 e 2019. O superintendente de Novos Negócios da Central Nacional Unimed, Luiz Eduardo Perez, reforça a importância da conquista. "Temos motivos de sobra para celebrar. Fomos selecionados por voto direto de lideranças importantes do setor, pelo segundo ano consecutivo. Isso nos mostra que estamos no caminho certo". Ele destaca que os premiados atendem a critérios importantes, a exemplo de inovação, geração de novos negócios e compliance.

VAREJO

Em nova fase, Cesta do Povo abre as portas na Bahia

A varejista Cesta do Povo inicia uma nova fase, retomando a operação na Bahia. As lojas abrem suas portas renovadas, com nova comunicação visual e com o objetivo de oferecer variedade de produtos, qualidade e preços baixos para abastecer com economia os lares dos baianos. As unidades estão mais modernas, funcionais e confortáveis para receber os consumidores, que contam com hortifrutí, padaria e açougue.

Em Salvador, estão abertas as lojas de Boca do Rio, Mussurunga, Mata Escura e Castelo Branco. A Cesta do Povo do Ogunjá está em fase final de reforma e será inaugurada no segundo se-

mestre. No interior, estão funcionando as de Mata de São João, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Santo Estevão, Porto Seguro, Una, Itabela, Barra e Juazeiro. Em breve estarão em funcionamento as lojas de Morro do Chapéu, Irecê, Senhor do Bonfim e Xique-Xique.

Com a abertura das lojas da Cesta do Povo, os pequenos, médios e grandes fornecedores têm novos pontos de vendas para comercializarem seus produtos e os consumidores tem mais opções de compras. As lojas dispõem de um mix de mais de 15 mil itens de alimentos, bebidas, material de higiene pessoal e de limpeza de diversas marcas.

MOBILIDADE

Elevador do Taboão passará por obras e ficará pronto em 12 meses

Um equipamento histórico, construído no final do século XIX, e que estava desativado há 54 anos vai voltar a funcionar, ligando as cidades Alta e Baixa, o Pelourinho e o Comércio. O prefeito ACM Neto assina nesta quarta-feira (05), às 9h30, a ordem de serviço para o início das obras de requalificação do Elevador do Taboão, ascensor localizado na parte antiga da cidade, em solenidade no próprio local.

O projeto de requalificação foi desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo cedido e

debatido com a Prefeitura, por meio da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, responsável pela intervenção.

O investimento será de R\$3,7 milhões e a previsão é de 12 meses de obras. Após a conclusão da requalificação, a cidade contará com mais um ascensor ligando as partes alta e baixa, beneficiando turistas e soteropolitanos, como já acontece com o Elevador Lacerda e os planos inclinados Liberdade/Calçada, Gonçalves e Pilar, também reformados pela atual gestão.

OBITUÁRIO

Campo Santo

Campo Santo
1- Diva Costa de Faria, 101, natural de Salvador, morreu no Hospital Tereza de Lisieux
2- Valdelice Freitas dos santos, 82, natural de Vera Cruz, morreu no HP
3- Ana Rita de Souza Cunha, 61, natural de Salvador, morreu na residência
4- Iraci de Oliveira, 81, natural de Cachoeira, morreu na UPA
5- Olivaldo Lacerda Teixeira, 54, natural de Salvador, morreu no HGRS
6- Marcelo Lazaro Evangelista Bonfim, 50, natural de Salvador, morreu no Hospital do Subúrbio
7- Raimundo de Jesus Lavrador, 81, natural de Ituberá, morreu no Hospital da Bahia
8- Neusa Maria Souza Costa, 84, natural de Amargosa, morreu na

residência

9- Alberto Henrique Galvão Fagundes Luquini, 74, natural de Itaberaba, morreu no Hospital da Bahia
10- João Lopes Modesto, 63, natural de Salvador, morreu no HP
11- Pietro Henrique Ferreira Caribé Pereira, 28, natural de Salvador, morreu no Hospital Eládio Lassere
12- Carmen Costa Pepe, 98, natural de Salvador, morreu na residência

Bosque da Paz

1- Antonio Roberto Pereira, 83, natural de Salvador, morreu no Hospital da Bahia
2- Jessé Nossa dos Santos, 66, natural de Salvador, morreu na residência
3- Naiara de Souza Lima, 63, natural de Candeias, morreu na residência
4- Renato Ribeiro Franca Costa, 82, natural de Salvador, morreu no Hospital da Bahia

DEFESA DA UNIVERSIDADE

UFBA: sempre viva, presente e enfrentando desafios

Após o anúncio do Ministério da Educação sobre cortes de mais de 30% nas universidades públicas, o Reitor da Universidade Federal da Bahia, UFBA, João Carlos Salles, reuniu alguns elementos diante esta situação:

1. A Universidade Federal da Bahia é um patrimônio e um orgulho do povo baiano. Instituição plena desde sua fundação, em 1946, ela tem formado gerações e gerações de profissionais nas diversas áreas, que muito serviram e servem a nosso país. Pesquisadores, gestores, cientistas, profissionais liberais, educadores e artistas tiveram na UFBA a formação mais específica e a cultura universitária mais ampla, sendo nela especialmente rico o diálogo entre as áreas do conhecimento e a circulação de ideias e práticas envolvendo ciências, cultura e artes.

Na Bahia, portanto, em qualquer campo, quando desejamos uma formação de qualidade, a UFBA é logo lembrada. Ela guarda, afinal, a memória dos milhares de profissionais que já formou — mais de 110 mil graduados, 15 mil mestres e 4 mil doutores — e a esperança dos que nela ainda hão de se formar e crescer. Assim, rica de história e prenhe de futuro, alimenta-se das pesquisas atuais e das que ainda serão feitas, guarda conhecimentos e produz saberes inéditos, com criatividade e rigor científico.

Neste momento, porém, nossa instituição é atingida exatamente por suas virtudes, ao lado agora das demais universidades federais. A natureza pública de nossa universidade vê-se ameaçada, por exemplo, quan-

do desejam substituir a medida mais larga do interesse comum, que lhe é essencial e envolve múltiplas dimensões e ritmos, por interesses unilaterais e mais imediatos, interesses que ela, certamente, não deixa de contemplar, sem contudo a eles se reduzir. A plenitude de diálogo entre as áreas e ao exercício autônomo característico do pensamento crítico, mensagens e atos governamentais têm posto sob suspeição, por exemplo, a área de humanas e, com semelhante gravidade, procuram cercar a livre expressão acadêmica e até mesmo manifestações estudantis.

A garantia constitucional da gratuidade também é posta em questão, quando parecem pretender renunciar ao que, em verdade, deve ser um compromisso de estado com o financiamento do ensino superior — financiamento que, aliás, as universidades já complementam com a captação de rendas próprias, seja pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa, seja pela prestação de serviços.

Além disso, na média nacional, 70% dos nossos estudantes têm renda familiar *per capita* de apenas até um salário mínimo e meio. Desse modo, o esforço por uma autêntica inclusão deveria ser ainda mais constante e mesmo crescente; entretanto, não contam ainda nossas instituições com um investimento necessário em acessibilidade ou com recursos suficientes para uma cobertura adequada da assistência estudantil.

2. Nos últimos anos, ampliou-se bastante a defa-

sagem no orçamento das universidades federais. Basta-nos atentar para o fato de que, em 2014, foi empenhada em outras despesas correntes (água, luz, limpeza, vigilância, material de consumo, reformas e manutenção de prédios, etc.), no conjunto do sistema federal composto por 63 universidades, um total de 10,3 bilhões, enquanto em 2018, apesar da ampliação de vagas e do crescimento das universidades, foram empenhados menos de 8,6 bilhões para o pagamento dessas mesmas despesas. Houve, portanto, uma diminuição de 1,7 bilhão, de modo que não houve manutenção sequer do valor nominal dos montantes relativos a despesas discricionárias, não se dando conta da expansão do sistema de ensino superior, nem fazendo frente aos reajustes inflacionários. Essa defasagem (drástica sobretudo em recursos de investimento, que foram reduzidos a 33% do praticado em 2014 — de 2,4 bilhões a 0,8 bilhão em 2018) já nos tem imposto pesadas restrições e tem exigido um esforço permanente dos dirigentes para a adequação dos respectivos orçamentos.

Agora, porém, além da defasagem já existente, parte substantiva de nosso orçamento discricionário está contingenciado ou bloqueado. No caso da UFBA, foi liberado para empenho o montante de 40,1% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Estão contingenciados (ou seja, o crédito está disponível, mas o limite para o empenho de faturas não foi liberado) cerca de 48,2 milhões em custeio e 3,9 mi-

lhões em investimento. E estão bloqueados (ou seja, o próprio crédito está indisponível) cerca de 48,4 milhões em custeio e 5,8 milhões em investimento. Por razões óbvias, assim na UFBA como no conjunto das universidades e institutos federais, a manutenção desse bloqueio pode levar à interrupção das atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.

E efeitos perversos do bloqueio já se fazem sentir, inclusive por seu vício inicial de motivação, seu anúncio seletivo, ameaçador e desastrado, mas também porque, aplicado em seguida aos contingenciamentos anteriores e face a tamanha defasagem orçamentária, a expectativa de sua manutenção pode levar o inteiro sistema federal de ensino superior a uma situação caótica. Fornecedores já temem a interrupção de contratos continuados de prestação de serviços e, por esse receio, dificultam a gestão dos contratos, o que nos tem levado a um permanente esforço por respeitar e garantir as obrigações contratuais vigentes. Por outro lado, restrições orçamentárias efetivas obrigam-nos a diminuir o fôlego de projetos, o apoio a eventos científicos e a ações acadêmicas extraordinárias, bem como a reduzir os múltiplos intercâmbios próprios da vida universitária.

3. Enquanto não for revertido o bloqueio (hipótese que não podemos admitir, mas que tampouco podemos ignorar), a regularidade de nosso funcionamento pleno precisa ser repensada de modo emergencial. Certamente, não deixaremos de

dialogar com o governo, sendo nossa obrigação supor e evocar um interesse elevado e comum entre servidores públicos, de sorte que, por todos os meios, jamais deixaremos de apresentar dados e argumentos, como convém a quem deve manter e honrar a responsabilidade e a conduta próprias dos cargos ocupados.

Todavia, ao tempo que envidamos todos os esforços de gestão e também recorremos ao apoio da sociedade para expressar com firmeza nossas demandas, a UFBA precisará, mais do que nunca, estar preparada para enfrentar uma dura travessia. É fundamental então nossa unidade tanto para a aplicação de medidas imediatas de contenção de despesas (que envolvem, por exemplo, a economia de energia elétrica, desligando a iluminação externa dos nossos *campi* após as 23 horas ou preferindo a realização de eventos em auditórios climatizados nos horários com tarifa de energia menos elevada), quanto para a redefinição e o redimensionamento de nossos grandes contratos.

Se os tempos se mostram ainda mais difíceis, maior é nosso dever e bem mais imperativa nossa obrigação perante a Universidade Federal da Bahia.

4. O deserto cresce, mas não há de crescer dentro de nós. Nenhuma tempestade há de abalar os fundamentos profundos de nossa universidade. Afinal, nossa força advém de nosso povo; é nosso tempo não é um agora obscurantista, não é o imediato de algum interesse privado, nem se define pelo poder eventual de

uma opinião qualquer. Nosso tempo e nossa medida são de outra natureza, pois fazemos parte de um investimento perene da civilização, de modo que nossa razão de ser resulta do conhecimento e não da violência ou da ignorância.

As manifestações que temos recebido de todos os setores da sociedade o confirmam e nos enchem de confiança. A causa da educação desconhece diferenças partidárias e ora se fortalece na sociedade, nos meios de comunicação e nas ruas. Dessa maneira, têm reagido com firmeza parlamentares, intelectuais, representantes da sociedade civil e, especialmente, toda a comunidade universitária mobilizada em defesa da educação.

Ninguém irá separar a UFBA da Bahia. Flor sempre viva, paixão sempre presente, a UFBA que acolhe será acolhida. A UFBA que forma será defendida. A UFBA que produz conhecimento contará com a palavra, os argumentos e as ações de quantos respeitam a educação pública. A UFBA é, afinal, nosso encanto, nosso destino. Mostraremos então ainda melhor o muito que já fazemos, e faremos ainda mais para mostrar quem somos. Resistiremos em sala de aula e nos laboratórios; em cada defesa de TCC, de mestrado, de doutorado. Em cada artigo publicado, em cada passo, em cada conquista, em cada formatura. Estaremos assim de cabeça erguida em nossos espaços, a lembrar a todos que a educação pública de qualidade é inegociável.

Vida longa à Universidade Federal da Bahia!